

-----Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande, do mês de abril.-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e dois (sexta-feira) pelas dezasseis horas, teve lugar no auditório da Casa Municipal da Cultura, a sessão ordinária, com a seguinte ordem do dia:-----

Ordem do Dia:

1. Período antes da Ordem do Dia-----
 - 1.1.-Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão anterior;-----
 - 1.2.-Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente.-----
 - 1.3.-Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local.-----
2. Apreciação da informação escrita ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----
3. Apresentação e eleição do Presidente da Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do concelho de Pedrógão Grande, no “Conselho Cinegético Municipal”.-----
4. Propostas da Câmara Municipal:-----
 - 4.1. Apresentação, apreciação e votação da proposta de “Alteração à Estratégia Local de Habitação”.-----
 - 4.2. Apresentação, apreciação e votação da proposta de “Mudança de Logotipo do Município de Pedrógão Grande”.-----
 - 4.3. Apresentação, apreciação e votação da proposta da “Revisão Orçamental nº 02/2022”.-----
 - 4.4. Apresentação, apreciação e votação da proposta dos “Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Pedrógão Grande, relativos ao ano de 2021”.-----
 - 4.5. Apresentação e apreciação da proposta de “Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021”.-----
 - 4.6. Apresentação, apreciação e votação da proposta do “Regulamento de Organização dos Serviços Municipais” do Município de Pedrógão Grande.-----
 - 4.7. Apresentação, apreciação e votação da proposta de “1ª Alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2022”.-----
5. Intervenção do Público.-----

*

-----Os Membros da Assembleia Municipal registaram as suas presenças no respetivo “Livro de Ponto”.-----

-----As ausências foram justificadas pelos membros da Assembleia Municipal senhores Dr.ª **Magda Sofia Alves David**; Dr.ª **Susana Alexandra Dias José** e Dr. **Ricardo José Martins Simões**, substituídos respetivamente pelos membros, Dr.ª. **Mafalda Inês David Coelho**; Eng.º **Luís Miguel Pereira Crespo** e senhor **Américo David Nunes da Costa**, este último tomou posse e fez o respetivo juramento.-----

-----A mesa da Assembleia Municipal é constituída pelos senhores: Dr. **Raul José Piedade Baptista Garcia** Presidente da Assembleia Municipal que presidiu à sessão, sendo secretariado pelo membro da Assembleia Municipal senhor Dr. **Luís Filipe Henriques Antunes**, como Primeiro Secretário e Dr.ª **Nélia Maria Henriques Alves** como Segunda Secretária.-----

-----A Câmara Municipal esteve representada pelos Presidente Dr. **António José Ferreira Lopes**; Vice-

presidente Dr. **Luís Filipe Jesus Correia**; Vereadores senhora Eng^a. **Dora Cristina Antunes Santos Rodrigues**, o Eng.^o. **Nelson David Fernandes** e o senhor **Luís Manuel Piedade David**. -----

-----Confirmada a existência de quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal **Dr. Raúl José Piedade Baptista Garcia**, deu início à **sessão ordinária** da Assembleia Municipal, informando de seguida que o membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira, estava um pouco atrasado. -----

-----Informou ainda, haver uma proposta do Executivo para “Reativação do Conselho Municipal da Juventude”, com indicação de um membro da Assembleia Municipal de cada partido. De seguida colocou a votação, questionando se estariam contra a inclusão do ponto 4. a) **Reativação do Conselho Municipal de Juventude** na Ordem de Trabalhos. A proposta foi aceite por unanimidade. -----

*

-----Ponto um- “**Período antes da Ordem do Dia**” -----

*

-----1.1. -**Leitura, discussão e aprovação da Ata da sessão anterior**. -----

-----Usando a palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, começou por questionar se todos os membros da Assembleia Municipal, tinham rececionado a ata nº 4 de 25 de fevereiro e se pretendiam a leitura da mesma em voz alta, ou se tinham algo a acrescentar. -----

-----Seguidamente colocou a votação a **ata número quatro** de vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois e deste modo foi **aprovada por maioria, com uma abstenção**. -----

*

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, prosseguiu com os trabalhos e em relação ao ponto 1.2.-“**Informações do Presidente da Assembleia Municipal e leitura resumida do expediente**”, referiu que a correspondência foi remetida aos membros da Assembleia Municipal por correio eletrónico. Referiu o documento “Os prémios ANAN 2022”, estar em suporte físico na pasta, pelo que disponibilizou aquele, para quem o pretenda consultar. -----

*

1.3.- **Apreciação por qualquer membro de assuntos de interesse local**. -----

-----Neste ponto o senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, questionou os membros da Assembleia Municipal, da pretensão de participarem no debate, fazendo as respetivas inscrições, nomeadamente dos senhores: **Dr. José Miguel Barão; Dr. Rui Capitão, Dr.^a Margarida Guedes, Dr.^a Nélia Alves, Dr. António Figueira, Professor David, Dr.^a. Mafalda e Eng.^o Luís Crespo**. -----

-----O **membro da Assembleia Municipal Professor António David**, começou por solicitar que os documentos de suporte à Ordem do Dia, não sejam enviados à última da hora, para ter a possibilidade de fazer uma leitura e análise mais aprofundada, referindo ainda ter no dia de ontem, rececionado documentos com cento e tal páginas. -----

-----Referiu e saudou a entrada em funcionamento da Universidade Sénior, contribuindo deste modo para que a população mais idosa, tenha um envelhecimento mais ativo e saudável. -----

-----Dissertou sobre a reativação das festividades religiosas, da semana Santa e Senhor dos Passos, em sua opinião ser do agrado de todos e ainda favorecer o turismo aquelas festividades da época Pascal, pois visitam museus, monumentos, apreciam a gastronomia, entre outros. -----

-----Outro ponto que o apraz registar, foi a reabilitação do nicho, junto aos CTT, mas salienta terem sido incorporadas algumas pedras de calcário e não de granito, como seria o expectável e em sua opinião desvirtuarem a obra. -----

-----Questionou de seguida qual o ponto de situação do Restaurante Lago Verde, salientado a pouca oferta de produtos gastronómicos. -----

-----Referiu a falta de manutenção das rampas de acesso à Barragem do Cabril. -----

-----Falou ainda na falta de parte da requalificação do acesso à EN2., saída de Pedrógão Grande, no cruzamento de Vale do Barco. -----

-----Disse também ser uma preocupação sua, a possível colocação de painéis solares na Albufeira do Cabril e qual o ponto de situação, nomeadamente se foi equacionado algum estudo de impacto ambiental e demais matéria, relacionada com os mesmos. -----

-----Referiu fazer parte da Direção da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande e ser este um tema que o preocupa, pelo que questionou de qual o ponto de situação dos Jardins de Infância do concelho e o que está a ser equacionado, pois em sua opinião disse “serem demais para um território tão pequeno, dada a baixa frequência de crianças”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**, começou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes, informando pretender abordar dois temas de interesse local, o primeiro, “como todos sabem encontra-se a decorrer desde o início do mês de abril a entrega da Declaração Modelo 3 de IRS das famílias, que irá decorrer até ao final do mês de junho. Com o cumprimento dessa obrigação é possível a consignação de 0,5% do IRS liquidado, apoiando IPSS ou pessoas de utilidade pública, sem qualquer penalização para o contribuinte. Quem tem de pagar IRS, não paga mais e quem tem de receber, não recebe menos de igual modo pela consignação. A sugestão que pretendeu deixar à Câmara Municipal, é que anualmente divulgue nos seus canais oficiais de comunicação, a título informativo, a lista das entidades na área do concelho que reúnem as condições de beneficiarem dessa consignação. Ainda vai a Câmara Municipal a tempo de fazê-lo este ano”. -----

-----Prosseguiu e disse ser o segundo tema, “manifestar a preocupação pelas notícias que correm, dando conta de um investimento previsto para a Albufeira do Cabril, relacionado com a colocação de painéis solares/fotovoltaicos para a produção de energia. Disse ser do conhecimento público que esta é também uma preocupação do Executivo Camarário e do Clube Náutico de Pedrógão Grande. Não tendo ainda este assunto sido abordado em sede de Assembleia Municipal, questionou que informações tem a Câmara Municipal sobre este investimento previsto, nomeadamente sobre a sua localização, impactos vários do investimento (ambientais, paisagísticos, económicos, sociais, de proteção civil) e possíveis contrapartidas para o Município. Pretendeu adiantar que caso não seja possível travar este investimento, ou não seja do interesse do Município travá-lo, pelo menos dever-se-ia negociar a sua localização na Albufeira do Cabril, defendendo a sua localização mais a montante da Albufeira, entre a Ilha de Monte Trigo, a Ilha dos Padrões e o Santo António dos Pesos, mitigando os possíveis impactos e mediante a negociação de uma contrapartida para o Município. Deverá também ser acautelado o destino a dar aos painéis solares após o período de vida útil dos mesmos, isto para não termos daqui a 15, 20, ou 30 anos, lixo industrial flutuante na Albufeira do Cabril”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Mafalda Coelho**, começou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e disse que ser jovem, num concelho do interior é hoje um desafio que, contudo, tem vindo a ser minimizado com as novas tecnologias de informação e comunicação, com um renovado espírito empreendedor e ainda com oportunidades únicas, que a pandemia veio proporcionar. Desta forma, questionou para quando uma política municipal direcionada para os mais jovens? Referiu que, a JSD Pedrogão Grande apresentou no passado mês de março a “Agenda Local Jovem” com um conjunto diversificado de propostas, que não solucionando todos os problemas do Município, disse que poderão introduzir alguns institutos relevantes para o efeito. Há que sublinhar que nos últimos anos a Juventude Pedroguense, tem sido por vezes esquecida pelo poder local, no entanto e em sua opinião, todos partilham a esperança de que este ciclo se venha a inverter!-----

Prosseguiu e disse ainda, que falar de juventude é pois, falar em futuro, visão e ambição. Pelo que, não pode deixar de referir que “há na comunidade jovens que já dão cartas em diversas áreas, merecendo reconhecimento e a devida atenção”. Deste modo elencou um conjunto de instrumentos que podem remeter para uma maior participação jovem, nomeadamente a instituição de um “Orçamento Participativo Jovem”, como sucede em outros municípios, salientando o de Cascais e Oliveira de Azeméis. Ainda na dinamização de um Fórum de Jovens do Interior a dinamizar no concelho, ao estilo das palestras e conferências da TedX, onde se partilhem experiências, ideias e sobretudo estratégias para a dinamização de um interior desertificado. A terminar referiu querer deixar uma palavra de apreço, à proposta do executivo de reativação do Conselho Municipal da Juventude e disse haver já, provas dadas dos benefícios deste, em concelhos vizinhos como Alvaiázere e Ansião. Acrescentou ainda, haver um longo caminho a traçar, mas que o futuro poderá ser risonho e deste modo, “assim trabalhando para ele”! -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, começou de igual modo por cumprimentar os presentes e felicitar o executivo nomeadamente na pessoa da senhora Vereadora Dora Rodrigues, pela elaboração da Agenda Cultural. Aconselhou que atempadamente se elabore um cartaz, inclusivamente para quem nos visita e se avalie as várias atividades das Associações do concelho, salientando serem algumas bastante dinâmicas. Referiu ainda a necessidade de não se descuidar a publicitação no site e a outros níveis. -----

-----Outra questão em foco e de igual modo explanada pelos senhores Dr. José Miguel Barão e Professor António David, nomeadamente a da implementação de painéis solares na Albufeira do Cabril, salientou que uma questão idêntica, teria sido tratada no mandato anterior, relacionada com painéis solares sobre a floresta. Disse ter na altura contado com a sua abstenção e inclusivamente um alerta do PSD. Pretendeu alertar ainda, para o que se quer definir para Pedrógão Grande, em termos de futuro. Prosseguiu e disse que inclusivamente na altura, ter referido que se abriria um precedente em transformar a floresta ou espaços florestais em “florestas de lata” e agora também em “floresta de espelhos de água”. Considerou ainda e ser neste caso, um processo mais complicado, penoso para o Município que o anterior, dado que o Município nessa altura foi envolvido, opinando do interesse ou não. Lamentou que neste caso a Câmara Municipal, Assembleia Municipal e as suas populações não sejam tidas em conta, que sejam impostos “espelhos de água” e que não se possam pronunciar sobre a matéria, bem como salientou a necessidade urgente, que os Executivos se devam unir (não só o de Pedrógão Grande) e acautelem os recursos, os interesses, presentes e futuros. -----

-----Ainda em relação ao tema “Albufeira do Cabril” tratado inclusivamente na última Assembleia Municipal e se efetivamente estaria ou não a ser produzida energia na Barragem. Prosseguiu considerando haver efetivamente uma seca severa, os níveis de caudais abaixo do expectável e ter constatado efetivamente que após essas intervenções “se continuou naquela a produzir energia”. Disse ainda não saber se a Câmara Municipal fez algumas “démarches” para clarificar a situação. Referiu, pois caber a todos acautelar e se não cumprirem deverão ser tomadas medidas efetivas, inclusivamente fazer-se um vídeo, fotografar e endereçar a quem de direito. -----

-----Referiu-se às obras na Avenida Comendadora Maria Eva Nunes Correia, considerou ser uma obra grande e de interesse, uma mais-valia para Pedrógão Grande. Apesar de alguns problemas já nomeados anteriormente que espera, sejam colmatados, pretendeu assim, felicitar de algum modo o anterior executivo, fazendo um reconhecimento público desse projeto e salientou os nomes dos Vereadores Dr.^a Margarida Guedes e especialmente o Eng.^o Nelson Fernandes. Referiu ainda ter sido um dos principais críticos na altura, pelo que considerou justo agora, estas palavras de apreço e reconhecimento. -----

-----Prosseguiu e referiu ser agora a sua intervenção referente a uma matéria sensível, ou seja a Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal (ETPZP). Considerou que a matéria se repercute ao nível de vários pontos desta Assembleia Municipal, quanto ao Orçamento, contas e números. Disse ainda não ser a sua intenção politizar a situação, tanto mais porque tinha conhecimento das situações já em data anterior às eleições autárquicas, mas o que o impulsiona para somente falar agora, são os resultados financeiros apresentados pela ETPZP. Relembrou ainda que no passado falou-se em compadrio e em

“primos e primas” e na sua opinião, “não aprendemos com o passado” porque é o mesmo que se passa na Tecnológica, o que é grave, não só por causa de contas, dos prejuízos repetidos, mas porque ninguém atua ou fala do assunto. Pelo que ele falará no assunto quer aqui, quer em sede de Bombeiros. Disse ainda desconhecer o relatório de contas deste ano e desconhecer a natureza, as razões e os porquês, sabe qual é o montante, mas acredita haver alguma justificação. Lamentou que estejam pessoas que fazem parte desta Assembleia Municipal e que estarão envolvidas, no entanto, salientou, que nem tão pouco questiona a seriedade e honestidade das pessoas que estão à frente da Petroensino. O que considera gravíssimo, é estarem a circular emails, entre os dirigentes, gerentes da Petroensino, com insinuações e acusações gravíssimas uns contra os outros de: negligencia, má gestão, favorecimento familiar e ninguém fazer nada. Considerou ainda que a questão se tem vindo agravar. E que haver um prejuízo em (2021) de trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta euros; e em 2020 de cento e trinta e dois mil, quinhentos e oitenta e nove euros, com uma gestão profissional remunerada é estranho. Pensa ser inconcebível que, independentemente das questões pessoais e não opinando as razões de cada gerente e sobre quem tem razão, possa existir haver uma divisão entre os gerentes, tanto mais de há uns três, quatro e mais anos a escola vive uma concorrência feroz. Há inclusivamente uma outra escola tecnológica, que vem buscar e trazer alunos diariamente ao centro de Pedrógão, o número de turmas e de alunos tem vindo a reduzir, há perdas de financiamento, e a gerência da escola em vez de estar unida a produzir e de olhos postos no crescimento é contraproducente e que provavelmente os sucessivos resultados negativos, são o espelho dessa desordem. E os sócios que são a Câmara Municipal e os Bombeiros continuam calados isto não pode acontecer, é impensável e alguém tem que assumir responsabilidades no que faz e nas decisões que toma, porque está em causa o interesse de uma escola histórica para o concelho, pioneira em termos regionais, que ano após ano continua a apresentar resultados muito negativos, mas sobretudo continua de uma forma visível a ostentar que os seus órgãos sociais, os seus gerentes não se entendem uns com os outros. Disse ainda que no privado e a Escola é privada, os gerentes são substituídos e destituídos, lamentou ainda que em Pedrógão Grande isso não aconteça e ainda considerou a terminar ser fundamental esse entendimento. Numa gestão que se quer profissional que é remunerada, os gerentes têm que se entender. É hábito fazer um texto para a ata, mas neste caso atendendo à delicadeza do assunto faz questão de não o fazer. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng^o Luís Crespo**, começou por cumprimentar todos os presentes e referiu ter que falar de novo em assuntos trazidos anteriormente e uma delas disse ser a adaptação do PDM, pelo que questionou relativamente a propósito da alteração do PDM, considerou haver contradições nas resposta do senhor Presidente, na ata aprovada. Prosseguiu e disse voltar-se à “estaca zero”, o Município aparenta incumprimentos nos termos que explicou na última Assembleia. Referiu ao que tudo indica, não ter sido apresentada proposta de adaptação, que permitisse a dita reunião, encontrando-se o Município agora “numa situação delicada e ainda se houve a dita reunião, a mesma também já caducou”. Prosseguiu e “dir-se-á por aí em qualquer instituição, que os prazos seriam prorrogados”, disse ainda não saber ao certo, mas concretamente o que considerou certo foi que o Município fica de “chapéu na mão”, à espera que o Governo prolongue os prazos, ou que daqui não advenha mal maior, considerou que “visto por outro prisma, ter falhado até poderá ter sido bem”, e disse ainda “que senão vejamos”: o Município poderá estar impedido de submeter candidaturas em certas áreas, considerando ser uma bênção, pois pelo que sabe, submetem-se candidaturas e algumas não serem aceites e assinarem-se contratos programas, também disse não acontecer, pois em sua opinião “se deixaram cair candidaturas em faze de aprovação, ou já aprovadas previamente. “A próxima data em 31-12-2022, não será cumprida e com isso implicará a suspensão da eficácia das normas do PDM em vigor, na área do Município”. “Quem pretender investir nos próximos tempos, também da mesma forma como voltou ao início, o Regulamento da ALE... não faz falta”. -----
-----Prosseguiu e disse ter chovido, mas concluiu que a barragem não encheu! Disse ainda ter-se perdido uma candidatura, anunciando-se outra, a hipotética localização do futuro fotovoltaico, que poderia ser discutido. Prosseguiu e referiu-se a uma captação de água, a rampa, a piscina flutuante e um cais e

alguns que devido ao baixo nível de água, não serão uma mais-valia. Dissertou ainda sobre os muros danificados e referiu ainda, julgar que os materiais já estariam nos estaleiros da Câmara Municipal, apesar de não terem sido ali alocados. Disse a terminar e “por isto e muito mais” e dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara “ter chegado a hora de alguma reflexão, o que se pretende para este concelho assim como das pessoas que o rodeiam nesta etapa”.

-----Dirigiu-se de seguida aos senhores Presidentes da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, o ter-lhe chegado uma informação, relativamente às Juntas Médicas para os Atestados Multiusos, serem agora realizadas no Centro de Saúde de Vila Nova de Poiares, pensa que anteriormente os mesmos eram realizados em Ansião, o que considerou ser “altamente lesivo” para os Municípios de Pedrógão Grande, questionando ainda se já foi feita alguma contestação, desta matéria.

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, começou a sua intervenção cumprimentando os presentes, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara Municipal e referindo-se às “Cerimónias do 25 de Abril” e especificamente ter apreciado o discurso do Dr. José Miguel Barão. Prosseguiu lamentando que o mesmo tivesse sido na rua, pois tem-se uma Casa e um Salão Nobre, que o “25 de Abril” merecia um espaço de discurso, por pequeno que fosse. Foi ainda de opinião que possivelmente os outros partidos políticos, também gostariam de ter feito intervenções e disse que apesar de ser a comemoração no espaço no exterior, o mesmo deve ser dignificado, pois deve-se a ele o “estar-se hoje aqui”.

-----De seguida colocou várias questões, nomeadamente se a representante da educação na CPCJ, já foi substituída ou se já regressou.

-----Se as transferências de competências na área da saúde já foram aceites na Autarquia, tendo ficado na dúvida pois leu que uma das razões era o pessoal da saúde, que seria preciso dar conta.

-----Referiu-se ainda aos painéis solares e disse já tudo ter sido dito, salientando que concordou com tudo e ser efetivamente uma preocupação, pelo que questionou se o senhor Presidente já teceu algumas diligências nesse sentido, mais diretamente com o governo, nomeadamente a localização dos referidos painéis e se o município vai obter alguma contrapartida.

-----Leu o edital nº 28, referindo-se aquele à venda dos lotes, e sabe não haver regulamento. No entanto sabe estarem a ser pedidas propostas, sugestões e ter feito alguma pesquisa sobre a matéria, ficando sem perceber e se esse seria o primeiro passo dos Regulamentos, inclusivamente antes de estar propriamente na rua e só depois a consulta pública.

-----Referiu ainda estar a publicitação das atas da Câmara Municipal, efetivamente atrasadas, sendo a última de 24 de Fevereiro, não sabendo a razão, tanto mais serem aquelas o meio de informação, do que se passa na Câmara Municipal e enquanto membro da Assembleia Municipal, assim como os restantes Membros de igual modo, necessitam dessa atualização, pelo que solicitou a reversão da situação.

-----Sobre o restaurante “Lago Verde” questão já apontada, pelo que disse, ficar a aguardar.

-----Outra questão são os comentários que ouve na rua e relacionados com os concursos e que estão a ser excluídos os candidatos por falta de assinatura, solicitando que o senhor Presidente fale sobre a veracidade destas informações, sendo de opinião que se for assim efetivamente será grave e poderá haver alguma falha.

-----Quanto ao tema da cultura, disse saber que Leiria foi candidata a “Capital da Cultura” e não ter sido aceite. Gostaria de saber se o investimento e tudo o que se propunha de “Leiria Capital da Cultura” e no concelho de Pedrógão Grande, qual o ponto de situação sobre essa matéria. Referiu também que tem sido tradição que os escritores do concelho sejam apoiados quando publicam um livro sobre o concelho, questiona se esse apoio está em vigor, pois em sua opinião disse que se “precisa de apoiar os nossos”, ao contrário as pessoas esmorecem e vão para outros concelhos, fazerem as suas apresentações, inclusivamente como já aconteceu. Referiu ainda que o apoio, poderá passar pela aquisição de substanciais exemplares.

-----Prosseguiu e referiu-se ao IRS de 2018, questionando se efetivamente está a ser devolvido, dado terem-se feito diversas démarches, sobre esta matéria.

-----Questionou ainda a possibilidade das sessões da Assembleia Municipal, regressarem ao Salão Nobre da Câmara Municipal, a fim de poderem comodamente consultar os documentos. -----

-----A terminar referiu ser a ETPZP de igual modo sua preocupação, no entanto disse acreditar que a resolução de problemas estará a ser equacionada, nos planos do senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Nélia Alves**, começou por cumprimentar os todos os presentes, prosseguiu e disse pretender tratar três temas, nomeadamente um que disse ser-lhe muito querido felicitando deste modo o Executivo, pois culturalmente pode ver-se que o Município está mais dinâmico, dado os eventos estarem a fluir e haver mais divulgação nas redes sociais. Referiu de igual modo a própria página e os diversos concursos levados a cabo pela Autarquia, aproveitando assim todos os momentos e solicitou que inclusivamente não desistam. -----

-----Leu que no dia 20 de abril houve em Pedrógão Grande uma apresentação da “Estação Náutica”, questionado o Executivo do que existe em concreto e o que irá trazer para o concelho relativamente ao turismo e á sua divulgação. -----

-----Por fim referiu-se que apesar de ser do seu conhecimento estarem a trabalhar na nova página, pretendeu saber qual o ponto de situação relativamente àquela, tanto mais urgir essa matéria, questionando ainda a previsão de data. Verificou agradada, haver online requerimentos, regulamentos, atualização de informação e diversa matéria. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, começou por referir que pretendia fazer um esclarecimento relativamente ao assunto trazido pelo Eng.º Luís Crespo e disse que em relação a essa matéria a Assembleia Municipal não terá nenhuma interferência, será uma decisão da ARS e do ACES Pin, localizada na Lousã. Ainda por ser a sua área profissional e ser sua opinião, concluiu que a decisão terá passado, por o ACES Poiares estar no meio, no caso de se pensar em Oliveira do Hospital e Alvaiázere. -----

-----Em seguida e dirigindo-se à Dr.ª. Margarida e em relação às Comemorações do 25 de Abril, lembrou que em tempos idos, faziam-se sessões solenes da Assembleia Municipal, no entanto aquelas tinham uma fraca participação dos seus Membros. -----

-----Prosseguiu e referiu que em relação às sessões serem no Salão Nobre, advertiu que o vírus Covid-19 continua em grande ascensão, disse existir um surto bastante forte, atingindo inclusivamente todas as idades, no concelho de Pedrógão Grande. Disse ainda que as medidas de precaução devem continuar a existir e ainda em sua opinião, essa opção neste momento, não ser viável. A terminar salientou não ser razoável que como Presidente da Assembleia Municipal e inclusivamente como médico, convocar uma reunião, para um lugar que não reúna condições de segurança. No futuro poderá ser repensada a viabilidade da matéria. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, disse compreender o motivo de haver ainda pessoas com máscara, dado estar-se novamente em situação de alerta. -----

-----Em relação á resposta ao professor David, informou que em relação às obras do nicho, aquela estava inserida no plano das obras do património a recuperar, que foi destruído pelas intempéries dos ciclones Elsa e Fabien. Referiu que reativaram esse projeto, que poderá haver efetivamente ali duas ou três pedras diferentes.-----

-----Relativamente ao Restaurante “Lago Verde” disse irem avançar com concurso para a concessão, com a previsão de iniciar no mês de Maio.-----

-----Relativamente à barragem e especificamente à área de acesso, desenvolveram uns procedimentos nomeadamente o pedido de pareceres à APA, passando de seguida a palavra.-----

-----**O Vice-presidente Dr. Luís Correia**, começou por cumprimentar os presentes e relativamente à rampa de acesso, disse o material estar efetivamente em estaleiro e que só agora poderão iniciar os trabalhos, dado já terem rececionado essa autorização da APA e que irão proceder em conformidade.-----

-----O **senhor Presidente da Câmara Municipal** prosseguiu e referindo-se à requalificação da vila e ao pequeno espaço em falta, informou já estarem a ser equacionados os trabalhos. -----

-----Respondeu de seguida a vários Membros da Assembleia Municipal e relativamente aos painéis solares, informou não ter havido estudo de impacto ambiental, o mesmo apenas foi exigido para o Alqueva. Disse saber desta notícia pela empresa que venceu o leilão elaborado pelo Ministério do Ambiente e que entrou em contacto com a Autarquia, disponibilizando-se para o que houvesse por conveniente sobre a matéria e inclusivamente algumas negociações. Disse haver um caderno de encargos que não prevê contrapartidas para os concelhos, impondo as suas condicionantes nomeadamente dos meios aéreos de combate aos incêndios, da pesca e atividades turísticas e náuticas e em relação às contrapartidas não se apurou nada em concreto. O Eng.º Pimenta Machado da APA disponibilizou-se para reunirem em maio ainda antes de propriamente falarem com o Governo, informou que a ocupação de volume seria de cerca de 2% da Albufeira do Cabril e na Barragem do Alqueve cerca de 1%, não especificando, pois, o local propriamente. Ainda sobre a matéria, informou que em reunião com a Firma, aquela disse que possivelmente seria Pesos Fundeiros a caminho de Mega, inclusivamente onde esteve presente o vereador da Câmara Municipal da Sertã e ser do seu conhecimento que a Pampilhosa está de igual modo envolvida no processo. Relativamente à informação obtida, ser a tecnologia de “painéis solares flutuantes”, as pias não ficarem ligadas às margens, mas sim ao painel e ancoradas no fundo. Disse ter questionado aqueles, se estava definido um mínimo de volume de água, pelo que a resposta foi que “estão por vossa conta e risco”. Ainda nessa reunião informaram que irão mandar todos os ficheiros que dispõe, para uma análise em conjunto. A terminar disse que aqueles, não estariam a pensar utilizar a PT da EDP, pelo que será descarregado na rede elétrica de Penela. -----

-----Em relação aos jardins-de-infância disse ainda estarem a avaliar. -----

-----Agradeceu a proposta relativa ao IRS do Membro da Assembleia Dr. José Miguel Barão, informando que em tempo útil, pensam por em prática e inclusivamente irão publicitar nas redes sociais. -----

-----Em relação ao assunto proposto pela Dr.ª Mafalda, no próximo ano disse estar-se a pensar, incluir o Orçamento Participativo Jovem. -----

-----Agradeceu as felicitações do Dr. Rui Capitão, disse acompanhar as preocupações em relação à transformação da nossa paisagem em “espelhos de lata”. Sendo ainda de opinião que até certo ponto este tema ultrapassa o executivo, pois apesar do Ministério do Ambiente o dar por concluído, haverá maneiras de o travar, pensando que inclusivamente se deverá chegar a um consenso (Executivo e Assembleia Municipal), no entanto referiu querer ouvir, a opinião dos colegas da Sertã e da Pampilhosa da Serra. -----

-----Em relação ao tema da barragem, disse que não seria propriamente uma produção de energia, mas possivelmente pela informação obtida teriam umas horas para fazer uma descarga de manutenção, concordando que poderá haver pessoas, que se munam de evidências. -----

-----Em resposta ao Eng.º Luís Crespo, começou por lamentar não ter percebido efetivamente a maior parte do que foi dito por aquele Membro da Assembleia Municipal convidando-o a fazer as questões/duvidas, por escrito, e disse ter satisfação em responder. Salientou que até 31-12-2022 e que pelo Executivo, ter-se-á o PDM aprovado, pese embora algumas situações que estão a correr no momento, acrescidas ainda de outras situações nomeadamente o “Mapa de Perigosidade de Incêndios” que tem que ser integrado naquele e inclusivamente estar sob discussão. -----

-----Em relação à matéria referida pela Dr.ª Margarida Guedes disse também ser do seu agrado ver as cerimónias no Salão Nobre. Disse ainda, ultimamente serem no exterior, inclusivamente a “Tertúlia” teve bastante aderência do público. Porém e agora ao colocarem-se questões de saúde pública, ter-se-á que se agir efetivamente com cautela. -----

-----Em relação à matéria da CPCJ, solicitou a intervenção da **senhora Vereadora Dora Rodrigues**, pelo que a mesma informou que efetivamente ainda não houve a substituição nem o regresso do membro em falta. -----

-----Quanto ao processo de descentralização, informou que em relação às transferências de competências na área da saúde (sendo os valores de oitenta e sete mil cento e onze euros

presentemente) salientou ainda não terem sido aceites. Na educação foram valores calculados e referentes ao ano de 2019, sendo ainda de opinião tratar-se de transferência do deficit do estado, para os Municípios, salientando que o regime do pessoal é muito diferente, dando como exemplo as horas e outros, que teriam que ser analisados. -----

----Ainda em relação ao assunto do Edital 28 “Projeto de Regulamento de Venda de Lotes da ALE”, disse “estar-se arrancar da estaca zero”, ser o primeiro passo a constituição de interessados e a elaboração do Regulamento Novo. Que inclusivamente está a ser feito pelo mesmo Jurista que fez o anterior. Têm a expectativa da colaboração e envolvimento do maior número de pessoas e de sugestões, para obterem o maior consenso possível. -----

----Quanto ao atraso da publicação das atas da Câmara Municipal, disse que ter-se-á que solucionar o problema. -----

----Prosseguiu e relativamente aos procedimentos concursais, que estão a ser excluídos por falta de assinatura, disse o Júri estar a tramitar os procedimentos e ainda não ter saído nenhuma ata definitiva dos admitidos e excluídos. -----

----Quanto à “Capital da Cultura” disse que isso acontece, mas o projeto irá ser realocado aos Municípios, em toda a rede. -----

----Em relação ao apoio aos 14 concelhos, concorda com o referido pelo Membro da Assembleia Municipal e disse estarem a ser analisados os critérios e o modo como irão proceder e que efetivamente tem o dever de apoiar. -----

---- Relativamente ao IRS de 2018 e o valor ser cerca de trinta e um mil oitocentos e oitenta e dois euros, que têm que devolver efetivamente. Disse ainda estar previsto o pagamento este mês e os Juros em abril. -----

----De seguida agradece à Dr.ª Nélia as palavras de apreço, disse estar agradado pelos eventos estarem a ser bem-sucedidos, reconhecendo faltar ainda a divulgação prévia, para a imprensa acompanhar. -----

Informou que no dia 9 de junho realizar-se-á um “Forum” do Jornal de Leiria em parceria com CIMRL. Logo que possível, darão nota da hora sendo o tema “Estação Náutica e o Turismo Sustentável”. -----

-----Sobre a matéria relacionada com a “Estação Náutica” solicitou ao senhor **Vice Presidente Dr. Luís Correia** que dissertasse sobre a matéria, pelo que informou ser um processo de certificação do concelho de Pedrógão Grande, enquanto Estação Náutica, junto da Fórum Oceano que é a entidade que gere o Cluster do Mar Português, ter a vantagem de dinamizar um turismo ligado à água e o nosso concelho ter esse potencial. Informou ainda que o processo está a decorrer. Através de uma rede de oferta turística mobilizar empresas, administração pública entre outras para gerar novos modelos de negócio entre os agentes do concelho e da região. Existindo já nosso país e tendo como objetivo dinamizar o turismo náutico, diversificar a oferta turística, combater a sazonalidade, dar mais visibilidade ao nosso concelho, criando uma marca. A terminar referiu estarem várias entidades envolvidas, inclusivamente na reunião que houve de apresentação, a fim de se definir estratégias, onde estiveram 40 entidades representadas, nomeadamente a CIMRL; Instituto politécnico, Juntas de Freguesia, Bombeiros, Agentes Turísticos, Alojamento Local, Restaurantes, Santa Casa da Misericórdia e outras Associações, bem como potenciais interessados.-----

----Sobre a “Pagina Web”, informou que já foram feitas várias diligências nomeadamente o levantamento de requisitos dos vários setores e serviços do Município, neste momento disse estarem em processo de aquisição de serviços a uma entidade, para uma página web. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo**, questionou se alguma coisa que poderá fazer em relação aos painéis fotovoltaicos e que seria necessário o estudo de impacto ambiental e ainda que deverá fazer-se essa pergunta à APA diretamente, “até porque são eles que decidem sobre a matéria”. Disse ainda que o leito do rio é reserva ecológica nacional e a lei que a rege e em relação a qualquer tipo de painéis fotovoltaicos, em qualquer tipo de lugar, que esteja contemplado por REN precisa no mínimo de um estudo de impactos ambientais, (apesar de saber que saiu legislação que refere não ser preciso esse estudo), poderá haver contrapartidas e algumas exigências. -----

-----Quanto ao PDM referiu não ter duvida e disse “estar montada uma trapalhada”, ainda na dúvida de ter havido ou não reunião e ficar sem efeito, o “PDM volta à estaca zero e ainda que isto terá consequências”. Referiu vários pontos da legislação e contra informação, sobre a data em causa e em síntese que o município fica sem se poder candidatar a diversos fundos e que hipoteticamente, em sua opinião isso poderá estar acontecer, quando chegar a outras entidades o tratamento poderá não ter a celeridade que julga que deveria ter.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, apenas salientou serem muitos Municípios, as démarches junto da Associação Nacional de Municípios, de acordo com a última informação, tem uma expectativa positiva, “estimando que esteja para breve a aprovação e publicação das referidas alterações legislativas e que as mesmas não só procedam ao justo alargamento dos prazos em causa, porque há condicionantes”. Referiu ainda que quando entraram o processo estava atrasado. Leu de seguida o documento “...E qua as mesmas não procedam ao justo alargamento dos prazos em causa, mas também a todas as alterações ao atual quadro normativo adequadas ao cabal cumprimento das imposições legais. Face ao exposto logo que a ANMP obtenha desenvolvimentos da presente temática, os mesmos serão objeto de divulgação, com a máxima brevidade possível aos associados”. Disse ser essa e de igual modo a expectativa que têm e não vão arrancar da estaca zero, e todo o trabalho que está a ser feito é para continuar! -----

-----Quanto à questão da ETPZP, disse ser “uma casa que diz muito a todos” a Petroensino. Neste momento e em sua opinião considerou que se devem tomar decisões fundamentadas e para ajudar, desenvolveram uma auditoria, que dará orientações estabilizadoras. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão** agradeceu e disse que anteriormente havia auditorias que tinham fim persecutório, mas independentemente do resultado da auditoria, a Câmara Municipal tem que decidir o que quer fazer com ETPZP. Se a quer tornar ou não numa empresa Municipal, o que já foi tentando anteriormente pelo seu antecessor, que quis impor antes de discutir a questão, quer em sede de Executivo, quer em sede de Assembleia. Disse que nunca foi discutida de raiz o que queria efetivamente fazer com aquela escola. Disse ser uma decisão política que deve preceder qualquer auditoria, de se saber se vale ou não a pena manter nos moldes em que está, um sócio maioritário e um minoritário que é a Câmara e que é chamada a assumir responsabilidades e a fazer injeções de capital, para eventualmente ser chamada mais tarde para resolver uns problemas, situação que considerou não ser transparente. Mas primeiro tem que consultar juridicamente o que se tem que fazer, tem que consultar os serviços de contabilidade para saber quais as vantagens e se for considerada uma Empresa Municipal não pode ter estes resultados negativos ano após ano. Uma decisão que precede qualquer auditoria que ajudará, mas disse ser uma opção política. Nos moldes em que está é de opinião que não pode continuar. -----

-----Ainda sobre os painéis solares, considerou ser um “dossier fechado”, após a explicação do senhor Presidente e ao terem chegado ao ponto de decisão, não foi efetivamente preciso nenhum parecer da APA., (“para fazer uma rampa a Câmara Municipal precisa de parecer da APA, eles para fazerem oito hectares de painéis solares não precisaram e que para sonegarem ao povo e aos munícipes o poder de decisão não precisaram do parecer da APA). Sendo do seu agrado a atitude da empresa que ganhou. Lamentou ainda que a “ANMP andou a dormir, ou propositadamente andou a dormir”. Concordou com um esforço em conjunto com os Municípios da Sertã, Pampilhosa e Oleiros, em conjunto para minorar os prejuízos e o impacto desses painéis na “nossa albufeira”. -----

-----Em relação ao Restaurante Lago Verde, considerou que deverão ser criadas condições dignas para o pouco aproveitamento que lá existe nomeadamente as “barraquinhas”, para o pouco que exista, seja agradável a fim de se receber bem. Alertou ainda para o facto de no ano passado, haver falta de higiene nas casas de banho, pois em sua opinião não estariam dimensionadas para o fluxo de gente, que usufruiu daquele local apazível. -----

*

2. Apreciação da informação escrita ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, fez referência aos documentos enviados para os membros da Assembleia Municipal, relacionados com a situação financeira do Município a 21 de abril de 2022, disse ser o saldo atual das dívidas a Empreiteiros de 201 591,97€ (duzentos e um mil, quinhentos e noventa e um euros e noventa e sete cêntimos), a Fornecedores de 102 038,85€ (cento e dois mil e trinta e oito euros e oitenta e cinco cêntimos), o Resumo Diário da Tesouraria na mesma data de Operações Orçamentais de 3 716 477,43€ (três milhões setecentos e dezasseis mil, quatrocentos e setenta e sete euros e quarenta e três cêntimos) e operações de tesouraria de 152 441,22€ (cento e cinquenta e dois mil quatrocentos e quarenta e um euros e vinte e dois cêntimos). -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Eng.º Luís Crespo** em relação às obras referiu-se a diversos alcatroamentos e arruamentos do concelho, questionou se estavam incluídas a estrada do Pai Sousa, ou o estradão que liga o Coelhal aos Troviscais. Em relação ao Pontão do Outão disse “continuar sem aparecer” sugerindo que enquanto não está executada que “fossem contactadas as empresas GPS, para retirar esta estrada das rotas”. -----

-----Referiu ainda que o Parque Caravanismo da Graça não constou na última lista, nem desta e não saber qual o ponto de situação. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Luis Filipe Antunes**, disse estar agradado pelas boas práticas de pagamentos, por ter aderido ao “Compromisso de Pagamento Pontual a Fornecedores” felicitando deste modo o Executivo e ainda em suma por ser boa pagadora, em termos de execução e de pagamento, considerando deste modo ser um bom indicador e ser um sinal de confiança. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, solicitou ao senhor **Vice-Presidente Dr. Luís Correia**, que prestasse as informações que houver por conveniente. Relativamente à questão do Pontão no Outão encontrar-se nas empreitadas e pelos danos causados pelas tempestades, estando a aguardar o parecer da APA para se poder intervir. -----

-----Em relação ao projeto do Auto Caravanismo da Graça, em conjunto com aquela Junta de Freguesia, concluiu-se que o projeto devia ser reformulado. Informou ter havido inclusivamente uma reunião com os técnicos da Autarquia e a empresa que projetou em articulação com aquela Junta de Freguesia, a fim de ver se são legíveis, nesta candidatura os valores em questão. -----

-----O estradão do Pai Sousa, Coelhal e Troviscais o Executivo é de opinião que é uma artéria que deve ser pavimentada e requalificada, pelo que em devido tempo a mesma será equacionada. -----

*

3. Apresentação e eleição do Presidente da Junta de Freguesia, em representação das Freguesias do concelho de Pedrógão Grande, no “Conselho Cinegético Municipal”.-----

-----**O senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, relativamente à eleição do Presidente da Junta de Freguesia, indicou ser a senhora D. **Maria de Fátima Simões Neves**, Presidente da Junta de Freguesia de Pedrógão Grande, pelo Partido Socialista (P.S.), designada e fazer parte no “Conselho Cinegético Municipal”, a fim do mesmo ser reativado. -----

-----Após votação secreta e contagem dos votos, apurou-se serem **dezoito (18)** votos no total e a favor, pelo que foi **aprovado por unanimidade**. -----

*

4. Propostas da Câmara Municipal: -----

4. a) Fora da ordem do Dia - **“Reativação do Conselho Municipal de Juventude”**. -----

-----**A senhora Vereadora Eng^a Dora Rodrigues**, começou por fazer a apresentação da proposta, esclarecendo que o Conselho Municipal de Juventude de Pedrógão Grande encontrava-se legalmente constituído e com regulamento, aprovados desde 26 de fevereiro de 1999, não tendo sido possível apurar qualquer registo e/ou evidencia do seu funcionamento. O documento vem à Assembleia Municipal para designação de um membro de cada partido ou grupo de cidadãos eleitores representados. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Professor António David**, começou por referir a lei e dissertou sobre a matéria, concluindo que o regulamento deveria ser reformulado, referindo ainda constatar haver alguma incongruência. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Ulisses Quevedo**, ainda sobre o ponto em apreço e de igual modo em relação à Lei nº 8/2009 de 18 de fevereiro, referiu que”no prazo máximo de seis meses....”, pelo que “consideram que o regulamento não estará atualizado, de acordo com a lei”.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu que o diploma não tem condições “para continuar” porque tem um predicado importante que era a sua reformulação durante aquele prazo, para o adaptar certamente à conformidade da lei, tendo dado como pressuposto, que o documento estaria juridicamente correto. Sugerindo assim, que o Executivo mantenha esse pressuposto de trazer o documento a “este Órgão”, que proceda à respetiva alteração, pois considerou que o mesmo terá a possibilidade de se adaptar às novas exigências, no entanto um documento atualizado. Inclusivamente disse que poderia ser “dois em um” Aprovação do Regulamento e então designação de um elemento de cada bancada. -----

O ponto 4. a) Fora da ordem do Dia – **“Reativação do Conselho Municipal de Juventude”**, foi retirado.--

*

4.1. Apresentação, apreciação e votação da proposta de **“Alteração à Estratégia Local de Habitação”**. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, começou por pedir ajuda à **Dr.^a Sandra Paiva**, dado terem percebido que houve uma falha, da empresa que fez o estudo. -----

-----**A Dr.^a Sandra Paiva**, começou por explicar que esta alteração tem a ver, com o facto de quando da elaboração do documento da Estratégia Local de Habitação, que foi explicado pela empresa e o que foi transmitido seria para reabilitar um bloco propriedade do Município, em que seriam **“dois T2”** e **“três T1”**. No entanto o que a empresa entendeu e colocou como um **“T7”** na estratégia, pois considerou os “dois T2” e os “três T1”, que seriam um só bloco. -----

Ao inserir-se a estratégia para consideração/aprovação do IRU, verificou-se que efetivamente este T7 não existe, nem as 13 pessoas que estariam identificadas, pelo que nunca se poderia colocar a reparação para este bloco e ainda colocaram a hipóteses de fazer-se uma errata a esta situação, o que não foi aceite. Solicitaram, pois, um novo parecer, aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia

Municipal. Colocou-se ainda à consideração do IRU, a questão dos 10 agregados (já anteriormente falado nesta Assembleia Municipal) e da “tipologia de situações sinalizadas”, aquando dos casos de “carência habitacional” do concelho e situações identificadas na altura, como sendo da “tipologia de precariedade habitacional”. Agora que se conhece o regulamento e que se sabe melhor a que tipologia se refere cada uma das particularidades destas famílias, adaptou-se melhor e o que era precariedade, passou a sobrelotação das famílias e outras, aproveitando-se então para se fazer alguns ajustes.-----
Esta alteração vai pois “mexer” com o número de edifícios que o Município terá para reabilitar, sendo que inicialmente eram 23 e agora passam para 24, com o desdobramento deste T7. Futuramente terá que se alterar o valor orçamental, mas isso só após a concordância do IRU, com a nova estratégia apresentada e se assim for esse entendimento. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Professor António David**, solicitou que os documentos que servem de suporte às sessões da Assembleia Municipal, sejam disponibilizados atempadamente para uma melhor análise dos mesmos. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, informou que a maior parte dos documentos foram disponibilizados no dia 22 de abril, se houve outros que não foram, se deve a não estarem disponíveis. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação a proposta de “**Alteração à Estratégia Local de Habitação**”, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

*

4.2. Apresentação, apreciação e votação da proposta de “**Mudança de Logotipo do Município de Pedrógão Grande**”. -----

-----**O Vice-presidente Dr. Luís Correia**, disse ter entendido este executivo, que seria necessário atualizar o gráfico que representa o concelho, tornando-o mais simples, criar uma marca de Pedrógão Grande, dando ênfase ao nome. Agradeceu o empenho e informou que o mesmo foi feito com a “prata da casa” através do gabinete de Comunicação. Foi entregue um documento com uma pequena alteração de acentuação. -----

-----Passou de seguida à explicação das cores, pelo que o **Verde** presente no lettering e nas folhas do elemento gráfico representa o património natural do concelho de Pedrógão Grande, reconhecido por ser rico em fauna e flora aliado a belas paisagens. Representa assim a energia da “mãe natureza”, o seu vigor e energia, a fertilidade da terra e a esperança de num futuro melhor; **O Azul**, também presente no lettering e nas folhas do elemento gráfico, simboliza o património hídrico do concelho de Pedrógão Grande. É também, a representação da sensação de tranquilidade que a água nos transmite espelhando a relação estreita do concelho com o Rio Zêzere, a albufeira do Cabril e a albufeira da Bouçã e as ribeiras que fluem no concelho, percorrendo a magia do verde e do sol; o **Amarelo**, presente na folha central do elemento gráfico, transmite a energia do sol (uno e figura central) e de tudo o que o mesmo impulsiona universalmente. Fonte do desenvolvimento sustentável e de todo o património, e a luz necessária para a vida. Em relação aos elementos gráficos; o **Ramo de folhas** simboliza um dos maiores recursos do concelho em termos de sustentabilidade ambiental, económica, turística e de biodiversidade - a floresta; o **Ondulado**, as linhas onduladas que substituem o segmento de reta vertical que habitualmente compõe a letra “d”, reforçam outro dos maiores recursos abundantemente presente no concelho - a água. Fonte de vida, presente em tudo o que é crescimento e provavelmente o maior atrativo turístico da região. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Professor António David**, disse ser uma opinião pessoal, uma questão de gosto e efetivamente não gostar, primeiro por não se ter habituado a nomes próprios

com letra inicial pequena. Ainda que o logotipo faz uma síntese dos elementos que o caracterizam, nomeadamente este não ser tão harmonioso. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, referiu não entender a mudança e o querer cortar-se com tudo o que está no passado. Considerou este não ser um logotipo e ressaltou não estar a dizer mal de quem o trabalhou, pois disse louvar o trabalho de quem o fez, tanto mais ter sido feito pela “prata da casa” felicitando por isso o Executivo. No entanto o que lhe apraz dizer sobre a matéria, considerou não ser prioritário, futuramente ser dispendiosa a alteração, nomeadamente nas inscrições dos veículos da Autarquia. Disse ainda não se rever naquele, concordando ainda com o colega Professor David, tanto mais serem professores e o P e o G em pequeno, ser algo que a incomoda. Ainda considerou o tamanho daquele ser grande e que o amarelo do sol, estar representado numa folha. O mais importante disse ser a marca de Pedrógão Grande e não ser esta a melhor opção, em suma não ser do seu agrado. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**, lembrou que se encontrava no executivo, na anterior execução daquele, no mandato em 2005/2009 e ter havido críticas na altura, inclusivamente em relação ao amarelo central, mas como os antecessores disseram e concordando de igual modo, ser tudo uma questão de gosto pessoal, ser uma questão de opção. No entanto salientou haver a necessidade de se renovar a imagem. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão** disse confessar que numa primeira linha, também estar habituada ao outro, este ser diferente no entanto em sua opinião cada um teria outro tipo de apresentação para o mesmo objetivo. Considerou que desde junho de 2017, precisar-se dum “refresh”, de uma imagem nova. Ainda se está dentro do “espírito reformista”, que se pretende no sentido de uma política consensual, do futuro site, é, pois, “inteligente da parte do Município”. Compreende que para um professor, as letras dos nomes em minúsculas ser um erro, para ele não o choca. Felicitou por ser feito pela “prata da casa” e que ainda que sirva de incentivo e de exemplo, para outros projetos.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Nélia Alves**, relativamente a esta nova imagem, disse gostar. Referiu que o outro poderá ser mais marcante com o sol, o P e o G grande, ser mais uniforme, contudo na atualidade em termos de grafismo e design, este ser um modelo mais recente, jovem e moderno. Considerou ainda que se este Executivo quer iniciar esta caminhada, para a mudança, compreende estas questões de português ficarem de lado, nesse contexto de arquitetura e design. Com o tempo é de opinião que se vá gostando mais, pois disse estar simples, perceptível, convidativo e ainda ter incluído as imagens de marca, que se quer comunicar. A terminar disse pois, ser do seu agrado, felicitando os trabalhadores do Município e ainda o não se recorrer, a respostas externas.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Luís Filipe Antunes**, disse serem sempre questões subjetivas e o primeiro impacto ser o de se estranhar, sendo que depois acaba-se por aceitar/consolidar. Em seu entender por vezes é preciso mudar, tanto mais já terem passado quinze anos da apresentação do anterior e ainda disse gostar daquele pelo seu “movimento”, por ter uma determinada dinâmica. Compreende que o presente logotipo, possa ser motivo de alguma controvérsia, especialmente pelas letras em minúsculo, mas que futuramente, virá a gostar mais do apresentado agora. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha**, é de opinião ser um gosto pessoal, ter uma certa simpatia pelo anterior logotipo, sentir-se dividido entre aquilo que é o anterior, ter anos

de percurso, no entanto entendeu ser oportuna a alteração de imagem, “trás certamente expectativa de sucesso da marca” e ainda terá mais valor, dado tratar-se da “marca da casa”. Disse, não saber se a nova versão, terá o impacto que o anterior, mas agrada-lhe a capacidade de inovar, sendo a sua intenção de votar favoravelmente.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, disse ter sido interveniente no anterior logotipo e dissertando sobre o mesmo, salientou não ter custado nada ao Município, tendo acompanhado as várias fases da sua elaboração, até ao resultado final. Referiu congratular-se por aquilo que é uma mudança de imagem, manterem-se as três cores dominantes características do concelho, o verde, o amarelo e o azul. Ainda na sua óptica, o azul deveria ser um azul céu (fazendo ainda a comparação com o azul do Braço do Município). Considerou ainda ser uma marca/imagem diferente, não o “chocar” as letras iniciais em minúsculas e a mudança ser bem-vinda e ainda que será uma questão de habituação. A terminar disse que os tempos são diferentes e a mudança é bem-vinda, felicitando ainda, quem de direito. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação a proposta de **“Mudança de Logotipo do Município de Pedrógão Grande”**, tendo sido **aprovada por maioria, com quatro (04) votos contra, duas (02) abstenções e doze (12) votos a favor.** -----

*

4.3. Apresentação, apreciação e votação da proposta da **“Revisão Orçamental nº 02/2022”**. -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, informou que a presente revisão orçamental conduzirá ao aumento do orçamento da despesa por força da incorporação do Saldo da Gerência Anterior, ainda não incorporado na Revisão Orçamental nº 01 efetuada em fevereiro de 2022, e cujo montante se cifra em 436.411,48€ (quatrocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e onze euros e quarenta e oito cêntimos). Prosseguiu e disse que o Orçamento de Estado para 2021, possa ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental o Saldo da Gerência antes da aprovação dos documentos de Prestação de Contas, tendo tal ocorrido na última sessão da Assembleia Municipal. Finalizou e disse que o Saldo Orçamental da Gerência de 2021, a transitar para a gerência de 2022 era de 3.230.546,48€, (três milhões duzentos e trinta mil, quinhentos e quarenta e seis euros e quarenta e oito cêntimos) encontrando-se tal importância evidenciada no Mapa dos Fluxos de Caixa bem como no Mapa da Demonstração do Desempenho Orçamental e ainda que poderá dar alguns valores de rubricas que foram movimentadas, uma tem a ver com o “Projeto Saúde Mais Perto” da Fundação de Nª Senhora da Guia, com o reforço aos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande e o “Protocolo de Recuperação Turística e Comercial” para além de outras. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, disse ser obrigatória e não haver como “fugir” a esta votação como é obvio, o facto da colocação nas diversas rubricas, ser da competência do Executivo e concordar ou não disse ser irrelevante. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação a proposta de **“Revisão Orçamental nº 02/2022”**, tendo sido **aprovada por maioria, com seis (06) abstenções e onze (11) votos a favor (O membro senhor Américo Costa ausentou-se por momentos da sessão e não votou).** -----

*

4.4. Apresentação, apreciação e votação da proposta dos “**Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Pedrógão Grande, relativos ao ano de 2021**”. -----

-----**O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes**, iniciou a sua intervenção tecendo algumas considerações, disse tratar-se de um documento exaustivo e mostrou preocupação com o futuro, dada a conjuntura atual a nível mundial. Prosseguiu e fez alusão aos objetivos traçados para o futuro, tendo em vista o PT 2030 e o PRR e o PRPI, propondo-se o Executivo Municipal realizar investimentos estruturantes em todos os setores que fazem parte de competências e atribuições da Autarquia, com particular enfoque na elevação dos padrões de qualidade de vida da população e na criação de condições favoráveis ao reforço da coesão social do concelho. Mais afirmou, que este impacto a acontecer, sendo que uma parte dele já se encontra em execução, referindo-se à transferência de competências, disse ser muito importante o consenso entre as forças dos vários quadrantes políticos -----

Prosseguiu e sobre o documento em análise, mencionou verificar-se que a receita atingiu os 92% de execução, cujo valor ascende a 9 milhões, por sua vez, a despesa ficou pelos 60% de execução, o que em termos absolutos se cifrou em seis milhões de euros, revelando uma execução mais baixa. Prosseguiu, e disse que a receita registara uma recuperação face a 2020, resultando melhor comportamento das rubricas, à exceção da venda de bens e serviços correntes, por exemplo a água. Da receita corrente bem como da receita de capital, assumem o maior peso as transferências do estado. O IMI o IUC e o IMT têm valores crescentes à exceção da Derrama, parecendo-lhe haver uma “libertação do Covid” e a economia estar a “reanimar”. A despesa corrente cresceu 2%, sendo que as despesas com pessoal é a que “leva a maior fatia”. Os rácios orçamentais estão equilibrados, uma vez que se verifica o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental. As receitas correntes foram superiores às despesas correntes, tendo o diferencial sido canalizado para financiar despesas de capital. O Património do Município aumentou face a 2020 de 33 para 34 milhões de euros. Os resultados negativos, refletem o crescimento superior dos gastos face aos rendimentos. No que concerne ao endividamento, disse que neste momento cifrava-se em 790 mil euros, de acordo com os cálculos e procedimentos contabilísticos impostos pela lei. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. José Miguel Barão**, agradeceu ao senhor Presidente e referiu que da análise ao Documento de Prestação de Contas Individuais de 2021 do Município de Pedrógão Grande, pretendeu dar conta de três Notas de Satisfação e de duas Notas de Preocupação. ----
As Notas de Satisfação são: -----

1. A aplicação pelo 2º ano consecutivo do SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública) às contas do Município, torna possível o comparativo dos dois períodos de 2021 e 2020, facilitando a sua análise comparativa. -----
2. Dado o nível de complexidade do documento de prestação de contas, um elogio ao trabalho da Unidade Administrativa e Financeira pela apresentação e detalhe do documento de prestação de contas, facultando toda a documentação necessária para o trabalho de fiscalização e escrutínio às contas do Município. -----
3. Felicitar a Câmara Municipal pelas contas apresentadas, nomeadamente pela taxa de execução das receitas em 92%, pela taxa de execução das despesas em 60%, pelo cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, pela situação patrimonial do Município com um Património Líquido acima dos 30 milhões de euros, por um Passivo e Financiamento Bancário controlados, e pela boa prestação da generalidade dos indicadores económico-financeiros. -----

As Notas de Preocupação são: -----

1. O Resultado líquido do período negativo em 665 mil euros é penalizado principalmente por duas ordens de razão: a apropriação do resultado negativo da participada PETROENSINO, Lda., com um impacto negativo nas contas do Município em cerca de 186 mil euros, na proporção da participação do Município na participada em 48,3%; e pela constituição no período de provisões

para processos judiciais em curso e outras provisões, com um impacto negativo nas contas do Município em cerca de 361 mil euros.-----

2. A Certificação Legal das Contas pelo Revisor Oficial de Contas, menciona uma Opinião com Reservas pelo facto de não ter sido possível conciliar os registos contabilísticos, com o suporte em excel para o imobilizado e que justifica a imputação dos subsídios ao investimento. Não obstante a tarefa árdua que esse trabalho acarreta, é importante que durante o ano de 2022 os serviços possam terminar essa conciliação e as validações necessárias. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, tomou da palavra e referiu que quanto ao documento de prestação de contas pretendia felicitar quem trabalha bem, neste caso os colaboradores afetos ao Setor Financeiro e Contabilístico. Referiu ter bastante estima pela Técnica responsável pela elaboração do documento em análise, mais disse ser em sua opinião um documento bastante completo, pecando, no entanto, pela sua extensão, o que acaba por prejudicar a sua interpretação. Referiu ainda ser-lhe difícil situar-se quanto a uma análise técnica, dada a extensão do documento, pelo que sugeriu ao Presidente da Assembleia que aquele documento no futuro, possa ser enviado em PDF, onde fosse possível fazer uma pesquisa por termos, o que se revelaria “uma mais-valia. -----

-----Disse não fazer nenhuma análise técnica ao documento, pois considerou que a sua bancada teria pessoas mais capacitadas para essa análise, no entanto mencionou ter constatado que os montantes de IMT que se foram “colhendo” quer em 2019,2020 e 2021, foram crescendo, o que em sua opinião disse ser tais dados muito interessantes. Continuou e referiu que em 2021 foram sensivelmente 200 000€, o que dava para ver a dimensão e o impacto, mais referiu que para muitos poderia passar despercebida, a dimensão no mercado imobiliário e da procura que existe efetivamente para os nossos imóveis. Considerou, deste modo ser fundamental, ter-se uma grande oferta Cultural de Serviços. Prosseguiu e disse ter ficado surpreendido pelo facto de em 2019, “colher-se” cerca de 93 mil euros, em 2020, cerca de 160 mil euros e em 2021, sensivelmente 192 mil euros de IMT, salientando dever-se olhar de maneira diferente para estes indicadores de mercado, ter uma oferta linguística sobretudo para estes clientes, dar-lhes uma oferta cultural. Ainda o próprio e a bancada do PSD, tem vindo a criticar aquela reserva que vem de 2013, altura que a Câmara passou a ter um ROC- Revisor Oficial de Contas e vem manifestando a questão do imobilizado e demais matéria e ainda que teriam sido feitos alguns esforços para corrigir, no entanto apelava mais uma vez, independentemente da força partidária que estiver, lamentando ainda haver sempre esta reserva e apelando para um esforço conjunto a fim de ser eliminada, o que será aplaudida pela bancada do PSD. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha**, interveio, tendo reforçado o anteriormente referido, isto é, da análise que foi feita, associar-se a quem felicitou o trabalho, nomeadamente aos serviços. Referiu ainda o assunto da reserva ter uma certa pertinência do ponto de vista técnico na questão da consulta e em PDF. Dissertou sobre a apresentação do senhor Presidente da Câmara, questionando ainda se na apresentação de contas haveria alguma maneira de mensurar o benefício social ou patrimonial. Sobre o caso da reserva já vem de trás, para se ter a perceção não só de números referindo que a Autarquia poderia informar os diversos impactos que advém daquela! Relativamente à Petroensino disse não falar, prosseguiu e disse se for de igual modo esse o entendimento, gostaria que se tivesse um documento à semelhança das Grandes Opções do Plano, em que nos diga de facto o que foi feito e que teve a consequência dos gastos. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, disse não pretender debruçar-se sobre o documento na sua execução e nas contas detalhadas que tem, ainda em sua opinião referiu ser um documento muito extenso, considerando ter sido um trabalho exaustivo, inclusivamente com as novas regras de contabilidade, felicitando deste modo a Dr.ª Sandra Martins e demais intervenientes. Prosseguiu, mostrando-se satisfeita em poder comparar com os anos anteriores, a fim de aferir o desempenho, disse ter saltado o documento e ter uma perceção, quase uma radiografia das contas, sendo perceptível perceber-se o que se passou em termos de execução e de prestação de contas. No entanto disse ter ficado com uma preocupação relativamente aos pareceres de reservas do ROC, que o faz habitualmente, verificando haver duas reservas, no entanto já ter havido mais e não lhe parecerem de difícil resolução, “estar bem, na sua grande maioria”. Lamentou a baixa execução de 60% no que diz respeito às Grandes Opções do Plano, pelo que, se concluiu não ter havido investimento, revelando ausência de grandes obras e de facto ser essa a realidade, salientou ainda, o facto de não ser totalmente deste Executivo a responsabilidade por tais indicadores. Ainda outra preocupação ser o resultado negativo de perto dos setecentos mil euros, assim como os resultados ilíquidos negativos da Petroensino ou ainda da APIN, pois são revertidas nas contas da Autarquia. A terminar disse parecer-lhe estar o documento bem elaborado, apresentando, no entanto, as fragilidades referidas. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Luís Filipe**, começou por felicitar o Sr. Presidente da Câmara Municipal, pela forma clara, precisa e concisa com que o mesmo havia apresentado o documento, mais afirmou tratar-se de uma matéria em que sempre intervém, disse ter ficado satisfeito com o documento em apreço, pelo que felicitou os técnicos envolvidos na elaboração e apresentação do documento. Prosseguiu e mencionou, que tecnicamente constata verificar-se o equilíbrio orçamental, sendo as receitas correntes superiores às despesas correntes. Referiu ainda ao longo dos anos de execução as receitas foram sempre e continuam a ser superiores, permitindo, pois, que as despesas correntes consigam financiar as despesas de capital (fundamentalmente é investimento). Quanto à questão orçamental a execução da receita foi boa, considerando as estimativas das receitas por vezes serem muito incertas, denotando uma rigidez na receita, pois parte daquela refere-se a transferências do Orçamento do Estado, verificasse um crescimento em algumas das rubricas de impostos, mantendo-se alguma homogeneidade. Relativamente a resultados, as provisões, os resultados negativos da Petroensino, vieram afetar o desempenho da autarquia, no entanto, revelou que as provisões poderiam ser saudáveis. Relativamente ao ROC a intenção é que em 2022, aquelas reservas sejam eliminadas, considerando ser um desafio. Referiu a necessidade de criação de duas colunas ao lado das variações, uma com valor e outra com percentagem. Propõe um voto favorável à aprovação das contas. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação a proposta de “**Documentos de Prestação de Contas Individuais do Município de Pedrógão Grande, relativos ao ano de 2021**”, tendo sido aprovada por maioria, com seis (06) abstenções e doze (12) votos a favor.-----

*

4.5. Apresentação e apreciação da proposta de “**Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021**”. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia, colocou a votação a proposta de “Aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2021”, tendo sido aprovada por maioria, com quatro (04) abstenções e catorze (14) votos a favor. -----

*

4.6. Apresentação, apreciação e votação da proposta do “Regulamento de Organização dos Serviços Municipais” do Município de Pedrógão Grande. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes, começou por apresentar a proposta, esclarecendo ser imperioso proceder à 1ª alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2022, atualizando-o, de acordo com assunção da transferência de competências, sobretudo no âmbito da Educação, bem como de acordo com as necessidades consideradas a curto prazo, ao nível da gestão dos Recursos Humanos. Deste modo o Executivo propõe a criação de duas divisões Municipais: Divisão de Potencial Humano e Administração Geral e a Divisão de Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade e duas Unidades Municipais: a Unidade de Ordenamento Obras e Urbanismo e a Unidade Económica e Financeira. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão, desejou que seja possível cumprir e executar este quadro que norteou este regulamento, considerando ser fundamental para o bom andamento dos serviços. Acreditou que toda esta matéria vise acautelar todas as vicissitudes que advém à Câmara Municipal, no âmbito das transferências de competências do Estado, para as Autarquias Locais, nomeadamente quanto à questão de pessoal, verificando continuar a aumentar. Como exemplo, referiu estar a falar-se de 24 trabalhadores, que vêm da área da educação para integrarem os quadros. O facto é que esta Câmara Municipal, passou de uma maneira muito abrupta, de um quadro bastante reduzido de 70/80 funcionários para o dobro. Lembrou que no tempo do Dr. João Marques, funcionava mais a nível de contratos, não havia um vínculo efetivo, duradouro, agora esse paradigma mudou, de como os serviços funcionam e como é feita a gestão de pessoal. Gerir todo este pessoal é difícil, incutir responsabilidades e se obedecer ao modelo padrão que é solicitado e pretendido, apenas tem que parabenizar este Executivo. Considerou ser um modelo que não é estanque, que poderá estar em constante evolução, possivelmente até criarem uma outra estrutura no setor de Planeamento e Gestão do Pessoal um externo e interno, melhorado e adaptado às necessidades ou de um outro Executivo. -----

-----O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha, teceu considerações relativamente ao tipo de documentos, que disse “são opções”. Tem consciência que a Câmara Municipal precisa de reorganização, de ter orientação sob o ponto de vista daquilo que pretende na gestão dos recursos humanos e estabelecer o que são fundamentais as suas unidades orgânicas. Relativamente ao que é proposto, tem um pressuposto que funcione, que seja apelativo, capaz de dar respostas que se impõe, quer pelas competências que tem, quer pelas que serão transferidas. Reflete o pensamento e o modo de organização que o Executivo pretendeu levar a “bom porto” e o que são as suas opções políticas. Disse que como munícipe e membro da Assembleia Municipal, ter que acreditar que a proposta, “tem a sua bondade e a sua objetividade”, pelo que irá acompanhar a votação dos dois vereadores do Partido Socialista, sendo a sua intenção de votação, a de se abster. -----

-----O membro da Assembleia Municipal Dr.^a Margarida Guedes, considerou ser o Partido Socialista democrático. Comentando o presente regulamento e as implicações que ele tem, disse, pois, que é elaborado exatamente de acordo com aquilo que é a missão e as orientações políticas, de quem governa. Nesse contexto quanto à elaboração e ao texto do regulamento, considerou estar excelente e ter tudo o que é preciso, cumprir necessariamente os requisitos da lei, ter missão, desenvolver os setores, cumprir exatamente tudo o que deve cumprir e concluindo ter dado trabalho. Prosseguiu e o que tem de apontar, ser uma questão de nas Unidades Intermédias de Recrutamento do terceiro grau, terem exatamente como é decidido o recrutamento. No 2º grau não tem como é feito o recrutamento, mas a lei diz exatamente o que está aqui para o recrutamento das unidades e o que está para o recrutamento das divisões, das chefias intermédias do segundo grau. Referiu não perceber porque é que um tem o recrutamento e o outro não tem e essas razões certamente, não terão sido lapso. Referiu ainda de direito por lei haver duas chefias intermédias, duas chefias de divisão, num concelho como o de Pedrógão Grande. Para a unidade que a lei prevê, que pode acrescer 20% e, portanto, isso dá por excesso, duas unidades de terceiro grau. Disse, pois, ser isso que contesta e que disse estar em desacordo. Salientou que num concelho como o de Pedrógão Grande, que tem cinco mil e pouco habitantes, que na Câmara haja duas divisões e duas unidades. Salientou ser demasiado para esta estrutura orgânica e ser demasiada para o “nosso tipo de Câmara” e que a grande maioria não tem. Tem a Divisão de Potencial Humano e Administração Geral e a Divisão de Ambiente, com sete setores e só dois é que tem a ver com o ambiente. Disse não entender porque é que a Unidade Económica e Financeira, tão importante é descorada para Unidade e não Divisão. Tal como a Unidade de Ordenamento Obras e Urbanismo, questionando deste modo se o investimento e o Ordenamento do Território, não são demasiado ou suficientes importantes, para justificar uma Divisão? Pelo que concluiu que “se calhar não são”! Prosseguiu e referiu ser a leitura que faz e uma estrutura orgânica que está sempre feita, no modo como “nós pensamos o que queremos fazer da unidade que gerimos”. Concluiu lamentando que descurar algumas áreas para Unidades e incluir outras em Divisões, pareceu-lhe dar maior valor a determinadas áreas que outras. Referiu ainda ser a Divisão, mais importante que a Unidade. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia, colocou a votação a proposta de “Regulamento de Organização dos Serviços Municipais” tendo sido aprovada por maioria, com sete (07) abstenções, um (01) voto contra e dez (10) votos a favor.-----

*

4.7. Apresentação, apreciação e votação da proposta de “1ª Alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2022”. -----

-----O senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. António Lopes, considerando que para melhor adequação municipal, melhor qualidade de vida, apresentou uma proposta de alteração da Estrutura Orgânica, referida no ponto anterior. Prosseguiu e referiu que no âmbito da transferência de competências na área da educação, passaram a integrar no mapa de pessoal do Município de Pedrógão Grande mais um coordenador técnico, 16 assistentes operacionais, um encarregado operacional, 5 assistentes técnicos. Ainda estão previstas aposentações, pelo que haverá necessidade de colmatar essas faltas, havendo a necessidade de proceder à primeira alteração do mapa de pessoal para o ano

2022, atualizado de acordo com os recursos transferidos bem como de acordo com as necessidades integradas a curto prazo. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Professor David**, disse partilhar as preocupações com o Dr. Rui Capitão, no que refere ao aumento do quadro de 100% nos últimos anos. No quadro de pessoal o valor apresentado ser de 600 000 euros, mas pelas suas contas, ser muito perto do milhão de euros, parecendo-lhe um quadro exagerado para a dimensão do território de Pedrógão Grande. O que o apraz referir e distinguir é ser o “exército com muitos generais e poucos soldados”. Muitos “generais”, não vendo o acompanhamento de assistentes operacionais. Questionou do porquê do senhor Presidente não ter respondido, porque para o segundo grau, não haver concurso, como para o que está explanado para o terceiro e se foi lapso ou se alguma intenção “que nos tenhas escapado”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Ulisses Quevedo**, apenas notou um pequeno preciosismo, no mapa que rececionou e à primeira alteração ao mapa de pessoal para 2022, onde “referem nos termos do art.º 29º da Lei nº 35 de 2014, é efetivamente nos termos do artigo 29º, mas da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que foi aprovado por esta lei. Ou seja, o artigo 29º da Lei nº 35 não diz isto, a lei 35 tem uma série de articulados, uma série de artigos dentro dos quais aprova a LGTFP e aí sim, é que o artigo 29º refere”. Quanto às questões políticas, deixa para os colegas. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu já terem sido muito críticos no passado, quanto ao engrossamento desta despesa fixa inalterável e corrente, que sendo excessiva “nos impede de investir”. Pensa que o financiamento às Autarquias, no âmbito do orçamento do estado é em função do número de eleitores e Pedrógão Grande estar com menos de 3800 eleitores. O quadro de pessoal com cento e oitenta tal funcionários, o que dá uma média para 20 eleitores, de um funcionário da Câmara. Como foi justificada esta alteração, se deve ao aumento de vinte e poucos trabalhadores, referentes à migração dos funcionários da escola, que vão passar a ser integrados no quadro da Autarquia por imperativo legal. Aqui referiu não haver nada a dizer, apenas a lamentar e que possivelmente no futuro, o pacote financeiro, não cobrirá o total gasto com estes funcionários. Esse pacote financeiro não contempla estruturas intermédias de chefia, direção e hierarquia, pensa que terá que ser a Câmara a suportar. A outra alteração prevista ser um conjunto de trabalhadores que serão no total de 10 e terão manifestado a sua intenção de se reformar, sendo que Município não pretende ficar desprovido desses trabalhadores, pelo que questiona se alguns desses, são aqueles trabalhadores que vão agora ser readmitidos.-----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha**, relativamente à questão do número de pessoas que trabalham para Autarquia ou organismos que utiliza para superar as suas necessidades de mão-de-obra de trabalhadores, inclusivamente a Pinhais do Zêzere, considerou estarem agora mais nítidas, do ponto de vista de vínculos. Disse acompanhar a linha de pensamento da Dr.ª Margarida Guedes, sua colega de bancada e porque o partido é democrático, haver pluralidade de cada um, colocar os seus pontos de vista dentro dos princípios da cortesia, respeito e democracia, pelo que entendeu que num Município desta dimensão e em relação à crítica feita, do ponto de vista da dimensão dos funcionários, poderá ter alguma pertinência. No entanto espera que o desenvolvimento do concelho seja uma realidade, porque é o que se espera dos autarcas, que tragam investimento, haja uma visão estratégica do ponto de vista político, decisões que posteriormente tenham um impacto positivo, no desenvolvimento do concelho e que não seja por défice de condições. Disse ainda não o

chocar efetivamente aquele aumento. No que concerne a trabalhadores ocupados, apenas com vínculos precários, referiu que não gostaria de reviver, essa questão. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Rui Capitão**, referiu que cada um tem a sua visão, considerando ainda, todas as empresas privadas, terem todo o tipo de trabalhadores e na Autarquia considerou ser igual. Dissertou sobre a matéria relativamente trabalhadores do público e do privado e que nas Autarquias ficam, inclusivamente os que não produzem, não havendo praticamente despedimentos. Desconhece os casos, mas possivelmente uns não querem, ou inclusivamente não serão capazes, havendo ainda necessidades e ir para contratações externas, para levar a cabo os seus projetos. Em contrapartida referiu haver falta de pessoas que trabalhem efetivamente no privado. Referiu não se poder cair no facilitismo, de num curto espaço de tempo duplicar-se o número de funcionários e não ser só agora. Duplicou-se a quantidade e qualidade de trabalho e questionou se esse esforço está a ser conseguido, que possivelmente não, mas que ninguém terminou com esta realidade, vindo cada executivo arranjar trabalhadores de confiança. O problema é que se contratar, criam-se vínculos permanentes e não existe essa capacidade. Referiu não ser uma questão de má vontade, pois gostava que entrassem imensos, por isso é que considera necessário haver sempre contenção. Disse compreender os problemas do Executivo neste caso e com esta alteração ao quadro de pessoal, no entanto, deixou este alerta para o futuro, que “não contem para abonar novas mexidas no quadro de pessoal, se for com esta perspetiva. Considerou ainda concordar se for para contratar a recibos verdes, apesar de ser precário, mas aí “o trabalhador produz”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal senhor Américo Rocha**, referiu que os trabalhadores queiram criar vínculo com os Municípios, pois dezenas deles, foram utilizados para determinados momentos e foram criadas estas situações de precariedade. Foi a própria Autarquia que criou essas expectativas, nas mentes das pessoas, pois era da “Câmara, para a Pinhais do Zêzere, depois um subsídio, um plano ocupacional” e foi-se criando essas expectativas, que um dia teriam um vínculo efetivo com a Autarquia. Concordou ser difícil arranjar quem trabalhe, considerou uma necessidade urgente estabilizar, pois disse ainda “estarmos a definir, no entanto temos que ser capazes de dizer ser este o momento” e deste modo “damos o benefício da dúvida”. Futuramente terá que haver bastante Justificação, tanto mais ser a Assembleia Municipal que para além de ser deliberativa, também é fiscalizadora dos atos Câmara Municipal e que poderá haver alguém a questionar, por uma votação que teve, que não seja consentânea com o foi considerado o ponto de vista de concertação social. Respostas que uma Autarquia tem que dar, a uma sociedade e aos seus munícipes, de “quais foram os benefícios, com entrada destes trabalhadores”. Para o ano e analisando depois as contas da Autarquia, se poderá ter alguma perceção sobre a matéria. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. António Figueira**, referiu não ser contra a estabilidade laboral, considerando-a um direito legítimo de qualquer cidadão e um dever de qualquer entidade patronal. Preocupa-o o que foi o crescimento da duplicação dos trabalhadores do Município, sem quaisquer critérios ou de enquadramento com as reais necessidades do município. A contratação de um bom técnico poderia representar um maior contributo para o enriquecimento e para a exploração das potencialidades do município. As instituições e os seus recursos humanos são maior riqueza de um concelho e esta “riqueza pode gerar riqueza”, trará de certeza mais-valias. Disse ainda estar preocupado com a situação do concurso de admissão dos funcionários da Pinhais do Zêzere e questionou se juridicamente já esta resolvida. A aparente estabilidade que o setor público dá considerou ser uma

ilusão, o laxismo o comodismo e ainda a questão da delegação de competências considerou naturalmente que teriam que ser assumidas por lei, até 2023. Deixou ainda um alerta de que a quantidade não ser sinónima de qualidade e que algum bom trabalho, está a ser feito, no entanto lembrou haver concelhos que nunca pararam na nossa região, porque existem dinâmicas, fatores de diferenciação, de investimento e de incremento por parte do setor privado. Lamentou o não desenvolvimento do Concelho quando se tem tudo ao “nosso alcance”. Considerou e alertou que seria importante ter um bom funcionário, um bom departamento de investimento, um gabinete de apoio à iniciativa empresarial, um gabinete ou um conjunto de pessoas com os conhecimentos técnicos e ainda a importância do Quadro Comunitário 2030, há que o ter em conta um conjunto de oportunidades, pois, “estamos numa corrida contra o tempo”. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr. Luís Filipe**, referiu que o mais importante de qualquer organização são as pessoas e sem elas nenhuma organização funciona. Concordou com todas as intervenções, considerando ser um assunto a debater. A maior parte das despesas é com trabalhadores e considerou o que está em causa, ser efetivamente a delegação de competências e as transferências. Concluiu que o quadro que se propõe aqui, é por “obrigação de ter de incorporar essa transferência, neste caso de pessoas”, outra parte já foi aprovada numa Assembleia Municipal anterior, ou seja uma incorporação. Salientou pois, a questão do pessoal ser muito querida, as pessoas são os motores das organizações e a motivação, o ambiente e a disponibilidade e tudo aquilo que é feito, pode ou não criar sucesso, criar valor e criar resultados, “por isso é como tudo na vida, as pessoas são o que são”. Disse estar um bocado dividido, com uma obrigatoriedade de assumir muitas pessoas que vêm. Efetivamente também disse acreditar em termos de quadros, de precisar-se de outro tipo de competências, de organização dado estar-se numa mudança constante. É salutar incorporar pessoas com determinadas competências, acreditando que a Juventude faz a diferença. No entanto sempre falou na questão dos custos do pessoal, mas motivar as pessoas no sentido que tudo cresça, porque quem dá o resultados e os resultados podem ser sociais económicos ou outros. Questionou se trata de incorporação de pessoas por entradas, uma obrigação. -----

-----**O membro da Assembleia Municipal Dr.ª Margarida Guedes**, referiu que o mapa de pessoal é sempre alguma coisa demasiado importante numa Autarquia porque, muitas vezes o bom desempenho do autarca e da autarquia também depende do seu pessoal. Disse olhar para o mapa não concordando com as Divisões e Unidades criadas. Na descrição do regulamento, na sua perspetiva, a Unidade Ordenamento do Território e Urbanismo, ficou como Unidade, quando eventualmente deveria ser uma Divisão, que é assim o normal das situações, na maioria das Autarquias. Deparou-se também a colocação demais dois (02) arquitetos, “mais um que já temos”, concluindo poder haver serviço para os três (03) arquitetos, logo, seria uma mais-valia, ter-se uma Divisão. Constatou serem dez (10) Técnicos Superiores a recrutar, referiu ainda não ter nada contra os Técnicos Superiores e uma Câmara que não os tenha, terá muita dificuldade em gerir as suas funções, mas serem dez (10) técnicos superiores a colocar e o mesmo número de assistentes operacionais, pareceu uma enormidade. Fez uma leitura do que conhece e não contando com os novos recursos das escolas, teremos cento e setenta e oito (178) funcionários, ou mais. Disse entender que o trabalho não se faz sem gente e prosseguiu e dissertando sobre a matéria, nomeadamente sobre a estabilidade de emprego ser essencial para afixação da população. Lamentou que sobre os jovens, sejamos “nós que os mandamos embora, porque não lhes damos trabalho”. Agora, neste mapa de pessoal o que está a acontecer não é a necessidade desses números de trabalhadores, mas sim o cumprimento de promessas políticas, que não podem ser custeadas pelo erário público da autarquia; está-se a empregar gente não pela competência ou necessidade, mas pela filiação política. Salientou ainda o tipo de licenciaturas explicitamente propostas que expressam bem o dito anteriormente.-----

Por ser um mapa de pessoal que não está em consonância com as reais necessidades de uma estrutura Camarária “como a nossa, que onerará equilíbrio financeiro o futuro da mesma, pela enorme percentagem do orçamento afeto ao pagamento de recursos humanos e ainda pela respetiva estrutura orgânica na qual não me revejo, enquanto pedroguense responsável, não posso proceder à aprovação da mesma”.-----

-----**A Vereadora Eng^a Dora Rodrigues**, referiu estar-se a fazer essa alteração ao anterior mapa de pessoal, porque a diferença entre o mapa que se aprovou aqui em Dezembro e este mapa ter a ver exatamente com a transferência de competências, na sua grande maioria. Agora passa-se para cento e oitenta e quatro (184), em dezembro serem cento e cinquenta e um (151) e haver efetivamente necessidades, estarem a decorrer concursos, prestações de serviços, que inclusivamente vão terminar e que se forem embora, terão que vir outros. Acrescentou que vinte e três (23) vêm da transferência da Educação, ainda que dez (10) incluem, três (03) lugares de chefias, sete (07) a prever aposentações e ainda de referir que alguns lugares sejam “mobilidades” e ainda estar-se a pensar na contratação do engenheiro informático. -----

Respondeu ao professor David e disse ser por concurso, só que no 2º grau pensa que por lei, estar já definida a remuneração e anos de experiência, sendo que para o 3º grau, terá que vir à Assembleia e que no anterior regulamento já seria assim e a terminar referiu que “as pessoas de facto, são o mais importante numa Autarquia”.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação a proposta de “**1ª Alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2022**”, tendo sido **aprovada por maioria, com cinco (05) abstenções, três (03) voto contra e dez (10) votos a favor**.-----

*

5. Intervenção do Público.-----

A munícipe senhora Telma Ramalho, começou por cumprimentar os presentes e felicitar o executivo e juntas de freguesia pelas iniciativas. -----

-----Referiu vários assuntos, pelo que a seguir são explanados sendo o principal, ter a ver com a saúde mental e em sua opinião ter sofrido algumas alterações, verificando agora “ausências” de um enfermeiro, que acompanhe permanentemente a médica adstrita a essa área, inclusivamente no apoio aos domicílios. Solicitou ainda que a Autarquia faça chegar esta preocupação à tutela.-----

-----Salientou a falta de médicos no Centro de Saúde, sabe que em caso de urgência haverá possivelmente algum e ainda que o Sr. Dr. Raul Garcia “não nega” a consulta a nenhum utente. Referiu então que por motivo dessa escassez de atendimento médico, poderão se deslocar para Figueiró dos Vinhos, Coimbra, Sertã e/ou inclusivamente para Castelo Branco, quando efetivamente se poderia resolver em Pedrógão Grande. -----

-----Outro assunto prende-se com um pedido e que os horários das reuniões por serem no horário laboral, fossem alterados. -----

-----Questionou se há algum parecer da APA, se vai ser reposto o que foi alterado no “Lagar do 25” nos Troviscais. -----

-----Solicitou limpeza das bermas junto à lagoa, alcatroamento do estradão e da ligação do Pai Sousa ao Mosteiro. -----

-----Quanto à ETPZP, orgulha-se mas no entanto aquela, disse não ter todo o tipo de formação para os jovens e por esse motivo muitos recorrem à Sertã, Figueiró dos Vinhos, sendo que este último tem um autocarro que vem buscar os alunos gratuitamente. No caso da Sertã lamentou que estes alunos que frequentam a escola naquela localidade, não sejam apoiados pela Câmara Municipal, só porque se tem

uma escola tecnológica no concelho. Referiu-se ainda a subsídios, alertando para o facto de inclusivamente muitos estarem a receber abonos indevidamente, pelo que em sua opinião deveriam ser devidamente analisados esses casos. -----

-----Ainda que deveriam ser apoiados os jovens, para não terem que se ir embora.-----

-----Referiu o apoio aos escritores, e dissertou sobre a matéria e os livros sobre o 25 de abril oferecidos aos alunos do 7 e 8 anos, pelo anterior executivo. Disse estarem metade escritos pelo autor e a outra metade ser um desafio e inclusivamente um aluno ter alcançado o primeiro prémio e lamentou que o mesmo não tenha tido mais nenhum tipo de apoio. -----

-----Quanto aos painéis na barragem, disse que a preocupa o facto de os aviões “canadair” não poderem abastecer na albufeira, para combate aos incêndios.-----

*

-----O senhor **Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, referiu não haver mais intervenções. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal Dr. Raúl Garcia**, colocou a votação a aprovação da Ata da presente sessão, por minuta para efeitos imediatos, na sua globalidade e não ponto por ponto. Foi **aprovada por unanimidade** com zero (0) votos contra; zero (0) abstenções dezoito (18) votos a favor. ---

-----Seguidamente agradeceu aos funcionários que prestaram apoio, que colaboraram no funcionamento desta Assembleia Municipal e despediu-se dando por finalizados os trabalhos, às vinte horas e cinquenta minutos. -----

-----Foi lavrada a presente ata e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal de Pedrógão Grande.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O segundo Secretário da Assembleia Municipal
